



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA

2023



Presidente
Ministra Rosa Maria Weber

Corregedor Nacional de Justiça
Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros
Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Mauro Pereira Martins
Richard Pae Kim
Salise Monteiro Sanchotene
Marcio Luiz Coelho de Freitas
Jane Granzoto Torres da Silva
Giovanni Olsson
Sidney Pessoa Madruga
João Paulo Santos Schoucair
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Marcello Terto e Silva
Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral
Gabriel Matos

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica
Ricardo Fioreze

Diretor-Geral
Johaness Eck

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Secretário
Ricardo Fioreze

Departamento de Gestão Estratégica

Diretora
Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ
Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional
Neuma Christina Lopes Nunes

Chefe Substituta da Seção de Planejamento Institucional
Marina Brazil Bonani

Estagiária
Verônica Fiuza Carvalho



Março 2023
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Finalidade

O presente relatório tem por finalidade apresentar análise dos resultados dos indicadores de desempenho, metas e projetos institucionais das unidades do CNJ atualizados até 28 de fevereiro de 2023.

Os resultados individualizados e detalhados dos indicadores, projetos e objetivos estratégicos estão disponíveis no painel de acompanhamento da estratégia, na [Intranet](#) e [Internet](#).

Neste documento, além da análise dos resultados, somente serão apresentadas as notas relevantes para a clareza do entendimento dos indicadores e projetos, que não constam no painel.

Assim, espera-se possibilitar acompanhamento sistemático da estratégia do CNJ.



Sumário

Análise do desempenho da estratégia do CNJ.....	4
1. Método de apuração dos resultados.....	5
2. Resultados dos Objetivos Estratégicos.....	8
3. Resultado consolidado dos Indicadores.....	9
4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais.....	10
5. Considerações sobre os resultados.....	11
ANEXO I.....	13
Informações adicionais sobre os indicadores.....	13
ANEXO II.....	18
Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais.....	18



ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA

A sistemática de acompanhamento da Estratégia prevê que, além das RAE (Reuniões de Análise da Estratégia), realizadas a cada quadrimestre, serão realizadas medições a cada bimestre para fins de acompanhamento dos resultados e verificação de necessidade de correção das ações adotadas.

1. Método de apuração dos resultados

a. Faróis dos objetivos (método de apuração)

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS		
PONTUAÇÃO DE INDICADORES E PROJETOS	MÉDIA DOS PONTOS	
	RESULTADO	COR
 3 pontos	2,51 a 3,00	
 3 pontos (só para projetos)		
 2 pontos	1,51 a 2,50	
 1 ponto	0 a 1,50	
 0 ponto	Não mensurado	
 Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	

b. Faróis dos indicadores (método de apuração)

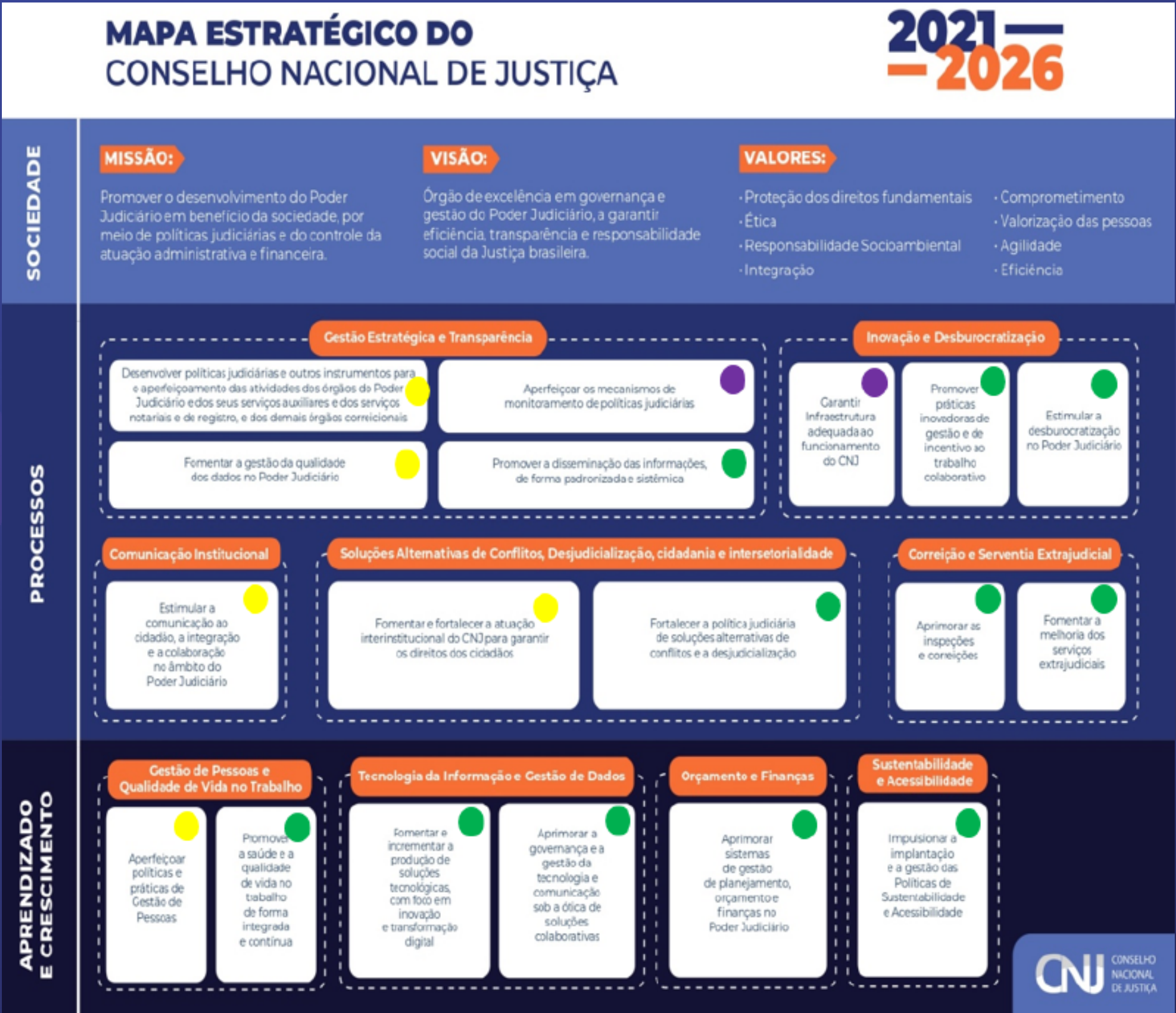
CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Entre 60% e 89% de alcance da meta
	Menor que 60% de alcance da meta
	Fora do período de mensuração
	Não mensurado

c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

Esse método poderá ser modificado se o Escritório Corporativo de Projetos-ECP definir um outro que julgue mais adequado.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS	
Concluído	
Maior ou igual a 90% de alcance da meta (mas não concluído)	
Entre 60% e 89% de alcance da meta	
Menor que 60% de alcance da meta	

2. Resultados dos Objetivos Estratégicos



LEGENDA:



Atingido



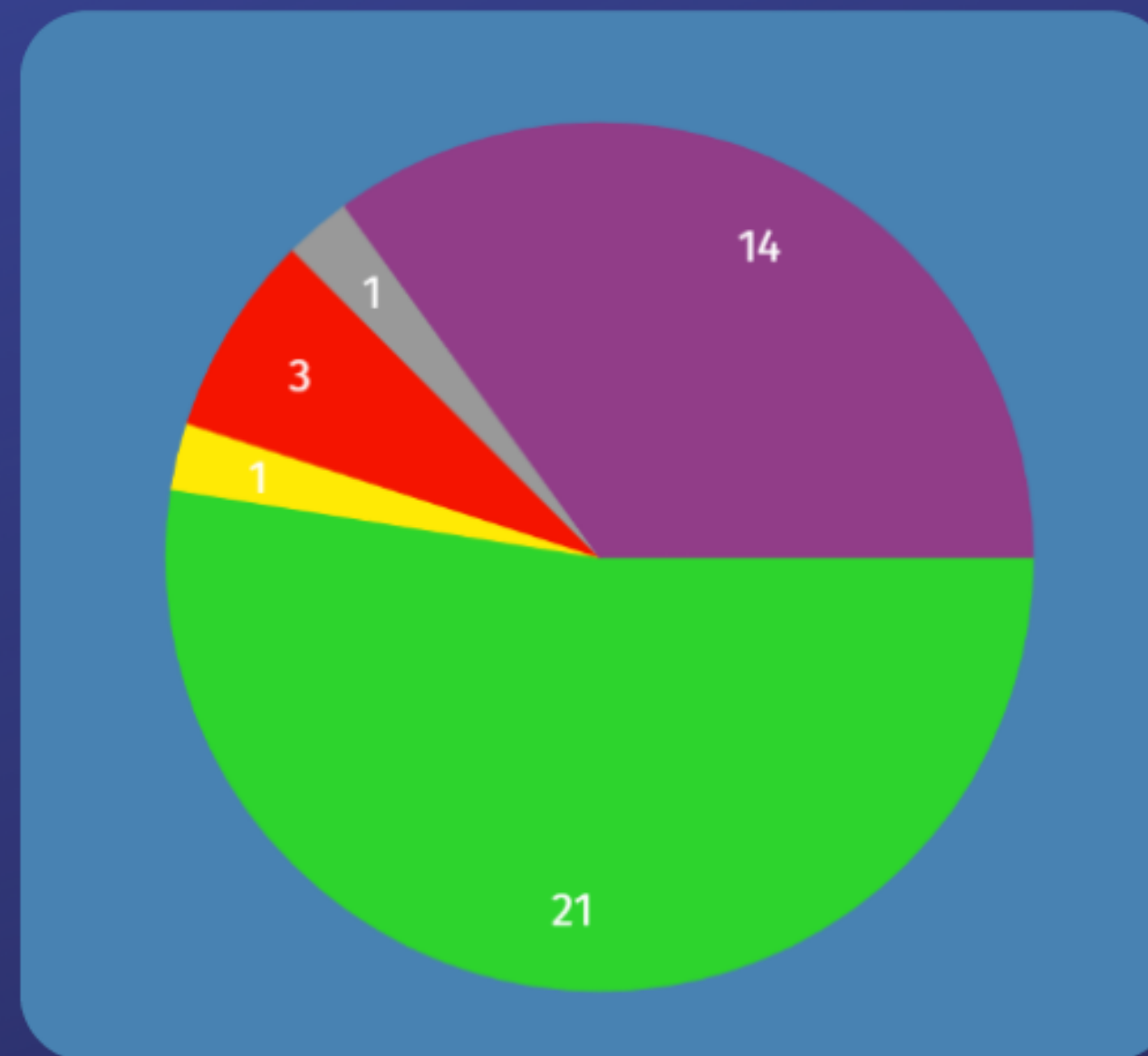
Parcialmente atingido



Fora de mensuração

3. RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES

Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Fevereiro de 2023



Conforme se observa no gráfico, dos 40 indicadores constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026, 21 foram cumpridos (52,5%), 1 parcialmente cumprido (2,5%), 3 não cumpridos (7,5%), 1 não mensurado (2,5%) e 14 fora do período de medição (35%).

4. RESULTADO CONSOLIDADO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Panorama Geral dos Projetos Institucionais
Fevereiro de 2023

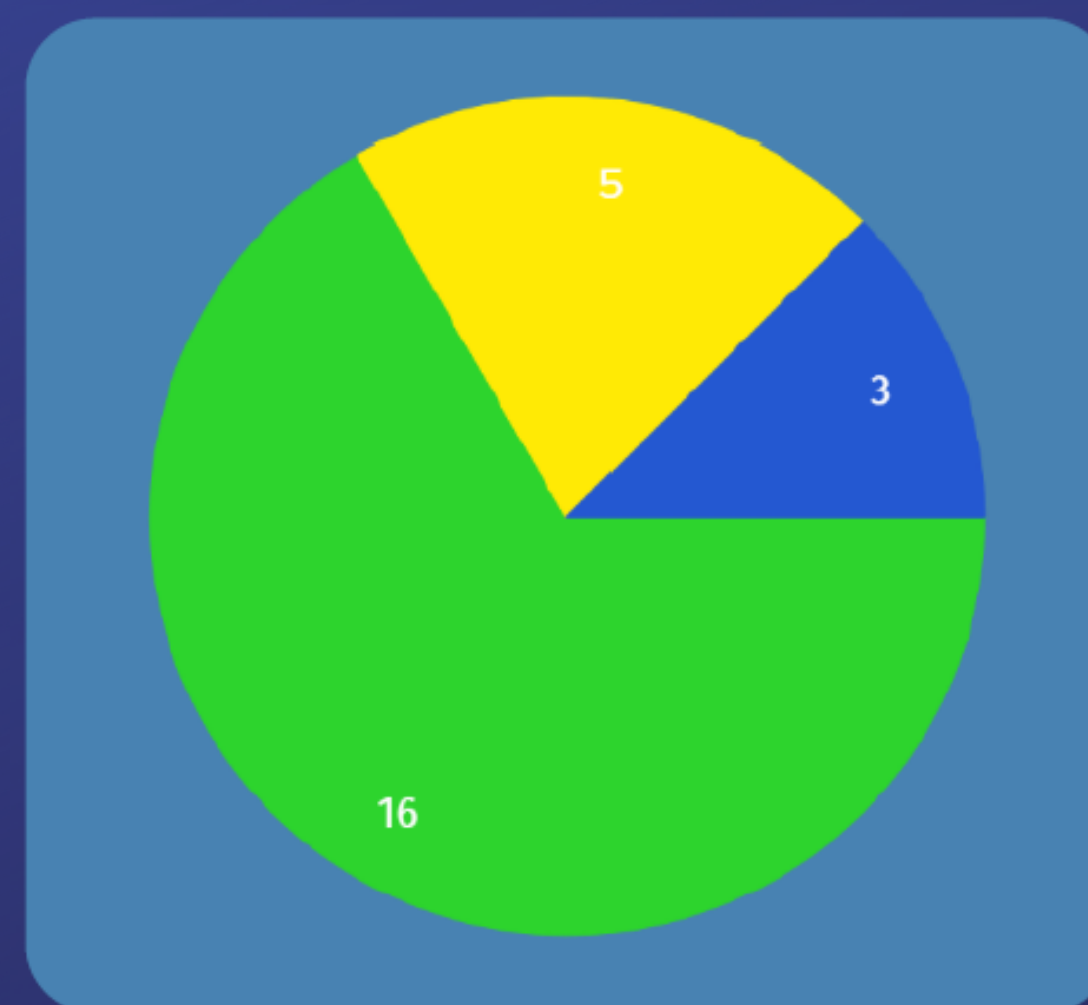


gráfico ao lado apresenta os projetos realizados em 2022 até o mês de fevereiro, e conforme se observa, dos 24, 3 foram concluídos (12,5%), 16 cumpridos (66,7%) e 5 parcialmente cumpridos (20,8%).

[1] Consideram-se cumpridos os projetos institucionais que estão dentro da expectativa de cumprimento, ou seja, é a média do total de cumprimento (100%) pelo período transcorrido até o momento da medição.

5. Considerações sobre os Resultados

5.1 Dos objetivos Estratégicos e indicadores

Observa-se que dos 18 objetivos estratégicos constantes no plano, 11 estão com indicativo de atingimento de metas, 5 parcialmente atingidos e 2 fora do período de medição.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em indicadores de desempenho e em projetos institucionais e essa relação é apresentada no painel da estratégia.

Registra-se que alguns indicadores ainda não foram mensurados por estarem fora do período de medição.

Foram três indicadores não cumpridos:

1. **Indicador 14:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania;
2. **Indicador 33:** Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ;
3. **Indicador 34:** Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ.

O indicador 1 Índice de Cumprimento das Metas Nacionais não foi mensurado porque, como informou a unidade, em virtude de contabilização das Metas Nacionais processuais pelo Datajud, os Glossários das Metas ainda não foram definidos.

Nota-se que ainda há grande número de indicadores fora do período de medição e que os meses de janeiro e fevereiro, normalmente, são períodos em que as unidades ainda estão finalizando seus planos. Assim, ainda é prematuro fazer qualquer diagnóstico, mesmo tendo sido apurado um bom desempenho no período.

5.2 Dos Projetos Institucionais

Os projetos institucionais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos-ECP que fornece as informações de evolução para o monitoramento da estratégia. É importante ressaltar que o quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será necessariamente o mesmo apresentado nesta apuração pelas razões: i. para efeito de medição dos resultados da estratégia só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados; ii. Há projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles são apurados dentro do indicador para evitar dupla contagem; iii. O ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado e o planejamento faz leituras bimestrais.

Os projetos que compõem indicadores do planejamento estratégico são:

- Conciliação e Mediação na prática
- Regularização de Registros Fundiários e Ambientais
- Implantação do SERP

Todos os projetos acima listados são de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça e compõem o indicador 13 - Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais.

Os projetos abaixo ainda não contam no planejamento porque ainda não foram informadas as medições:

- Criação e disseminação do Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário
- 2023 - ANO PELA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO;

O projeto Mineração de projetos do PJE está sendo avaliado quanto à sua continuidade.



ANEXO I

Informações Adicionais sobre os Indicadores

Neste item, são apresentadas informações relevantes para acompanhamento e entendimento de alguns indicadores que não são disponibilizadas no painel da estratégia.

a) Indicador 4: Índice de Realização de Pesquisas e Painéis

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

Planejamento de relatórios de pesquisas e painéis para 2023
Relatório sobre Assédio e Discriminação no Poder Judiciário
Painel sobre Assédio e Discriminação no Poder Judiciário 2023
Relatório sobre Custas Judiciais
Painel sobre Orçamento no âmbito dos Tribunais de Justiça
7º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário
Pesquisa de Percepção com jurisdicionados e operadores do Direito
Justiça em Números 2023
Censo do Poder Judiciário 2023
Diagnóstico dos Arquivos e da Memória no Poder Judiciário
Relatório sobre Estrutura nas varas de violência doméstica

b) Indicador 11: Índice de implementação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Ações/projetos que compõem o indicador

- Inspeção Anual do funcionamento do Sistema SNA;
- Realizar inspeção na Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de ao menos 20% dos tribunais de justiça programados para serem inspecionados em 2023;
- Desenvolvimento ferramenta para monitoramento das determinações e recomendações das inspeções realizadas.

c) Indicador 13: Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Ações/projetos que compõem o indicador

- Instalação da Comissão de Proteção de Dados;
- Atualização da Portaria n. 53/2020;
- Capacitação das Corregedorias locais sobre os módulos de correição online das centrais eletrônicas;
- Nacionalização do Programa Novos Caminhos;
- Implantação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos;
- Conciliação e Mediação na Prática;
- Regularização Fundiária;
- Combate ao Sub-Registro;
- Consolidação Normativa da Corregedoria Nacional de Justiça;
- Banco de Precedentes da CONR;
- Projeto de Gestão Documental no Extrajudicial.

d) Indicador 14: Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania

Unidade responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativa

Ações/projetos que compõem o indicador:

- SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado;
- Fortalecimento das Audiências de Custódia e Monitoração Eletrônica;
- Fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção às pessoas provadas de liberdade e egressas;
- Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo;
- Fortalecimento dos GMFs.

e) Indicador 40: Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Alternativas de Conflitos

Unidade responsável: Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos

Ações/projetos que compõem o indicador:

- Prêmio Conciliar é Legal;
- Semana da Conciliação;
- Diagnóstico sobre a estrutura judiciária para política.

f) Indicador 26: Índice de melhorias implementadas em processos prioritários

Unidade responsável: Departamento de Gestão Estratégica

Ações/Etapas
Macroprocesso: Realizar o controle orçamentário, financeiro e de pessoal do PJ
Revisar, mapear e redesenhar os processos e o macroprocesso
Desenvolver painel da execução de precatórios
Elaboração de projeto e apresentação de proposta de tratamento dos dados no SIAFI-JUD
Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas
Analisar, melhorar e redesenhar os processos de trabalho do DMF
Macroprocesso: Promover ações de cidadania
Revisar, mapear e definir pontos de controle nos processos de acessibilidade do CNJ
Macroprocesso: Gerir orçamento e finanças do CNJ
Mapear e propor melhorias para o processo dos Coordenares de ações, quanto aos prazos de execução adequados equânimes
Macroprocesso: Gerir a Estratégia do PJ
Gestão da execução do indicador 39 - integração entre planejamento orçamentário, plano de contratação e a execução orçamentária
Aperfeiçoamento das funcionalidades do Portal CNJ de Boas Práticas
Realizar 2º Encontro de Gestão Estratégica – Gestão de Processos
Redefinir arquitetura dos processos a partir da Cadeia de Valor
Criação do Painel de Gestão de Processos
Reestruturar os Portais de macroprocessos e de processos integrando a Cadeia de Valor e Cadeia de Valor Desdobrada
Estudo, análise, planejamento e levantamento dos ações de melhorias dos macroprocessos prioritários
Implementação do monitoramento de desempenho dos macroprocessos do CNJ por indicadores de desempenho
Revisar do Guia de Gestão de Política Judiciária Nacional Programática do CNJ
Revisar e ajustar as informações sobre as Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas na Intranet e no Portal do CNJ.
Disponibilizar o painel de políticas no painel de gestão (intranet)
Elaborar o plano de comunicação da gestão das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas
Divulgar orientações (pilulas) sobre as etapas específicas do ciclo de gestão (G-GABINETE; Grupo de Whatsapp dos chefes de gabinete de Conselheiro; Intranet).
Realizar a Campanha da Gestão de Políticas Judiciárias Programáticas
Elaborar minuta de normativo para Regularmentar o gerenciamento das Política Judiciárias Nacionais programáticas
Realizar visitas aos gabinetes de Conselheiros para aprimorar os processos de gestão de políticas judiciárias nacionais programáticas, desde a elaboração até o acompanhamento dos resultados alcançados
Revisar do Guia de Gestão de Política Judiciária Nacional Programática do CNJ
Elaboração de painel interativo (dashboard) para acompanhamento da execução do PLS/CNJ

Macroprocesso: Auditoria
Implementação do painel de acompanhamento do cumprimento das recomendações
Revisão do processos de trabalho da COAD
Macroprocesso: Gestão Administrativa e aquisições/contratações
Revisar processos decorrentes da alteração da Lei de Licitações
Macroprocesso: Gestão de Pessoas
Revisar e mapear processos de QVT
Implantar melhorias do processo de dimensionamento de pessoal
Macroprocesso: Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
Implantação de melhorias no processo de transição do projeto para operação
Implantação de melhorias no processo de priorização dos projetos de TIC
Implantação de processo de auditoria de conformidade nos projetos de TIC
Saneamento do repositório de projetos de TIC (documentação e informações)
Integração das carteiras do PN UD e DTI no Portfólio de Programas e Projetos
Integração das metodologias para gestão de projetos utilizadas pelo Escritório Corporativo de Projetos e DTI
Análise de ferramenta para automação dos processos de TIC (BPMS)
Mapeamento e modelagem do Processo de Gestão de Serviços de TIC
Revisão do catálogo de serviços de TIC
Desenvolvimento do Painel de Gestão de Serviços de TIC



ANEXO II

Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais

Neste anexo são listados os Projetos Institucionais e os objetivos estratégicos a que estão relacionados na medição corrente, observadas as ressalvas já feitas no item 5.2 do relatório. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no painel da estratégica.

I - Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais
Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0.
III - Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário
Painel de Estatística - Justiça 4.0
IV - Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica
1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais
Gestão e transparência das Comissões Permanentes e Colegiados
V - Aprimorar as inspeções e correições
Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR)
VII - Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos
Automação de processos previdenciários - Justiça 4.0
Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro
Demandas Complexas
Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos
Ciclo de Debates da Comissão Permanente de Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão
IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital
SNIPER - Justiça 4.0
Novo SNBA
CODEX
SINAPSES I
Mineração de projetos do PJE
Serviços Estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário
SINAPSES II
SINAPSES III

XII - Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo
PMO Jud - Estruturação do Escritório de Projetos do Conselho Nacional de Justiça - Justiça 4.0
Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário
Execução Fiscal - Automação e Governança
XIV - Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade
Sirenejud 2.0
XVI - Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas
Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal
Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário